São Paulo, 28 de Junho de 2019.

Senhor Juiz Assessor da Presidência.

Após a designação do Comitê Gestor da Transparência no Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, por meio da Portaria TRE-SP nº 93/2019, foram realizadas duas reuniões, nos dias 13 de maio e 10 de junho de 2019, conduzidas por Vossa Excelência.

Reunião de 13/05/2019:

Houve explicação geral a respeito da instituição do Comitê, sua composição, bem como sua responsabilidade e foi criado o e-mail gestor.transparencia@tre-sp.jus.br para tratar dos assuntos comuns ao grupo. Ficou previamente agendada nova reunião, para que dentro de 30 dias, fossem elaboradas as seguintes tarefas:

- 1) Ler o questionário contido no Anexo I da Resolução CNJ nº 215/2015, alterado pela Resolução 260/2018 (PAD nº 1408/2016);
- 2) Agregar os itens relacionados com a Secretaria sob a responsabilidade de cada membro;
- 3) Ler o questionário contido no Acórdão nº 1832/2018-TCU- Plenário (PAD nº 10.2013/2018); 4) Agregar os itens relacionados com a Secretaria sob a responsabilidade de cada membro;
- 5) Entrar no site do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, www.tre-pa.jus.br, e verificar o Portal da Transparência construído. O TRE-PA obteve a 1ª colocação no ranking da transparência instituído pelo CNJ e servirá de modelo para o Portal da Transparência do TRE-SP.
- 6) Elaborar os subitens que deverão fazer parte de cada Unidade, dentro dos títulos que constam no site do TRE-PA. Exemplo: Título - Gestão de Contratações, Subitens: Licitações, Contas Públicas, Editais, Contratos, Convênios etc, etc...

Acrescento que, em 15/05/2019, chegou ao conhecimento desta servidora a informação de que, por determinação da Presidência do TSE, haveria alterações no layout do **Portal da Justiça Eleitoral** na internet, com o objetivo de melhorar a experiência dos usuários, as quais impactariam diretamente nos portais de todos os TREs.

A demonstração das mudanças foi realizada por videoconferência no dia 21/05/2019.

Mais tarde, em 28/05/2019, foi publicada a Portaria CNJ nº 88 que institui e regulamenta o Prêmio CNJ de Qualidade, ano 2019, para os tribunais de todos os ramos de Justiça do Brasil, cuja pontuação será segmentada em três eixos

temáticos: Governança, Produtividade e Transparência e Informação.

Reunião de 10/06/2019:

Após toda a equipe ter tomado ciência dos normativos do Conselho Nacional de Justiça e do Tribunal de Contas da União, acrescentados dos respectivos questionários, foram debatidos todos os itens pendentes de atendimento acerca das determinações da Corte de Contas, cujo “status” consta como “não cumpre” ou “cumpre parcialmente”. Ficou deliberado que cada área ficaria encarregada de adequar suas publicações no Portal da Transparência do TRE-SP, conforme o modelo do TRE-PA, sem embargo de poder criar novos itens ou modificar a nomenclatura de acordo com a realidade do Eleitoral Paulista.

Também foi noticiada a publicação da Portaria CNJ nº 88 e informada a importância da renovação do Portal da Transparência de São Paulo com brevidade.

Em 25/06/2019 foi publicada nova Portaria pelo Conselho Nacional de Justiça, qual seja, a de nº 95, que estabelece os itens que serão avaliados no Ranking da Transparência do Poder Judiciário, ano 2019. Também indica as unidades daquele Conselho que serão responsáveis por conferir as informações veiculadas na internet pelos Tribunais. Os itens que serão objeto de avaliação, constam do Anexo Único. **O resultado do Ranking da Transparência de 2019 será divulgado em setembro (Art. 4º).** Todos os membros da Comissão Gestora do Portal da Transparência do TRE-SP foram comunicados sobre o normativo.

Em 27/06/2019, por fim, o Conselho Nacional de Justiça expediu o Ofício-Circular nº 204/SEP-CNJ/2019, por meio do qual informa que o Órgão realizará a avaliação dos itens constantes do Anexo II da Resolução CNJ nº 215/2015, atualizados pela Portaria CNJ nº 95/2019, **devendo ser preenchido o formulário eletrônico disponível até o dia 19 de julho de 2019.**

Sendo estas as informações que a mim competiam prestar, submeto o resumo das atividades até então desempenhadas pelo Comitê Gestor da Transparência à elevada consideração de Vossa Excelência e proponho sejam os membros do comitê instados para, com a urgência que o caso requer, procederem com as atualizações e correções necessárias dos itens constantes do Anexo Único da Portaria nº 95, de 25 de junho de 2019.

À consideração superior

MAGALY SILICANI CARDOSO CORRÊA

Núcleo de Informação ao Cidadão